

GRUPO MULTIFAMILIAR: ESPAÇO PARA A ESCUTA DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE ABUSO SEXUAL

Liana Fortunato Costa^{*}
Tânia Mara Campos de Almeida[#]
Maria Alexina Ribeiro[¶]
Maria Aparecida Penso^æ

RESUMO. Apresentamos uma pesquisa de avaliação de como famílias que foram intimadas e encaminhadas pela Justiça participam nos Grupos Multifamiliares. As famílias integradas nesses grupos passaram pelo estudo psicossocial em função de terem uma criança ou adolescente em situação de abuso sexual. Vinte e oito famílias foram contatadas, mas somente conseguimos entrevistar oito. Nosso objetivo foi focar a relação desenvolvida entre as famílias, entre os membros internos de cada unidade familiar e entre as famílias e os profissionais presentes nas sessões dos Grupos Multifamiliares. Buscamos conhecer benefícios e limites desta intervenção psicossocial. As mudanças avaliadas se deram nos relacionamentos com maior contato físico com as crianças, em uma maior conversação entre os membros da família e na aceitação de orientações de profissionais. Os resultados apontaram ainda a necessidade de criar oportunidades de lazer com as crianças/adolescentes vítimas de abuso e de se ter disponibilidade e atenção para ouvi-las.

Palavras-chave: psicologia clínica, abuso sexual, família.

MULTIFAMILIAR GROUP: SPACE FOR LISTENING TO THE FAMILIES IN SITUATION OF SEXUAL ABUSE

ABSTRACT. We present an evaluation research of the participation of families, who received a notification and were handed over by the Justice, in the Multifamiliar Groups. These families passed by the psychosocial study as a consequence of having one child or adolescent in a situation of sexual abuse. Twenty eight families were contacted but we could only interview eight. Our objective was to focus on the relation among the families, among the internal groups of each family unit and among the families and the professionals present in the Multifamiliar Group sessions. We sought to know the benefits and limits of the psychosocial intervention. The evaluated changes occurred in the relationships with a higher physical contact with the children, in a higher conversation among the family members and in the acceptance of orientation from professionals. The results also indicated the need for creating leisure opportunities with the children/adolescents who were abused and for having time available to listen to them.

Key words: Clinical psychology, sexual abuse, family.

GRUPO MULTIFAMILIAR: ESPACIO PARA LA ESCUCHA DE LAS FAMILIAS EN SITUACIÓN DE ABUSO SEXUAL

RESUMEN. Presentamos una pesquisa de evaluación de la participación de familias que fueran intimadas y encaminadas por la Justicia en los Grupos Multifamiliares. Estas familias pasaron por el estudio psicossocial en función de haber tenido un niño o adolescente en situación de abuso sexual. Veintiocho familias fueran contactadas pero solamente conseguimos entrevistar a ocho. Nuestro objetivo fue enfocar la relación entre las familias, entre los miembros internos de cada unidad familiar y entre

* Psicóloga, Terapeuta Familiar e Psicodramatista, Doutora em Psicologia Clínica, Professora Permanente do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

Antropóloga, Doutora em Antropologia, Pós-doutorada em Representações Sociais pela perspectiva da Psicossociologia – EHESS/Paris, Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília.

¶ Psicóloga, Terapeuta Conjugal e Familiar, Terapeuta Sexual, Doutora em Psicologia Clínica, Professora no Curso de Graduação e no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília. Líder do Grupo de Pesquisa “Socius”.

æ Psicóloga, Terapeuta Conjugal e Familiar, Psicodramatista, Doutora em Psicologia Clínica, Professora no Curso de Graduação e no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília.

las familias y los profesionales presentes en las sesiones de los Grupos Multifamiliares. Buscamos conocer beneficios y límites de esta intervención psicosocial. Los cambios evaluados se dieron en los relacionamientos con mayor contacto físico con los niños, con mayor conversación entre los miembros de la familia y en la aceptación de orientaciones de profesionales. Los resultados indican aún que la necesidad de la creación de oportunidades de recreación con los niños/adolescentes abusados y de la disponibilidad y atención para oírlos.

Palabras-clave: Psicología clínica, abuso sexual, familia.

Desde 2002 somos responsáveis por um projeto de pesquisa-ação, que faz uso da metodologia de Grupo Multifamiliar (GM), envolvendo um contexto de interface entre intervenção clínica e psicossocial, numa modalidade de atendimento a partir de intimação judicial. Após três anos, mediante adaptação e o aprofundamento da referida metodologia, realizamos uma avaliação sobre os efeitos das conversações e ações nas famílias participantes. Neste artigo, a partir dos resultados da avaliação, apontamos os limites e as possibilidades desse trabalho dirigido à problemática da violência, mais especificamente ao abuso sexual em famílias de baixa renda e precárias condições sociais.

O GRUPO MULTIFAMILIAR EM PARCERIA COM A JUSTIÇA

Uma breve revisão sobre o que são os GMs mostra que foram conhecidos inicialmente pela denominação de Terapia Familiar Múltipla, que consistiu em uma adaptação da técnica de grupo ao tratamento de famílias, no início na década de 50, com famílias de pacientes psicóticos (Laquer, 1976; 1983). As vantagens desta abordagem (Bowen, 1976) evidenciam que elas se sentem mais à vontade reunidas, quando há maior focalização nas suas interações. Os grupos são abertos e as famílias vão neles ingressando ou deixando-os conforme acharem conveniente. A seleção das famílias é feita de modo a reunir aquelas com problemas semelhantes (Bowen, 1976), ou aleatoriamente (Laquer, 1983), para evitar reforço de situações que se quer modificar e enriquecer a discussão. O principal ganho desta forma de intervenção refere-se à aprendizagem de novas formas de comportamento pela pressão ou aprovação do grupo. Essas mudanças se dão por semelhança, quando as famílias presenciam em outras seus conflitos, e por identificação, quando pais e mães aprendem com outros as soluções já encontradas.

Em linhas gerais, os atendimentos fundamentam-se nos aportes teóricos: a) da Psicologia Comunitária, visando ao trabalho em equipe com diferentes saberes, científicos e populares (Santos, 1999), e o enfoque na Psicologia Social Crítica e Histórica (Lane & Sawaia,

1995), percebendo o ser humano constituído e constituinte do seu meio; b) da Terapia Familiar, em que a família é vista enquanto sistema e a relação é o ponto focal do trabalho, antepondo-se o interpessoal ao intrapsíquico e utilizando-se os recursos sistêmicos, como a circularização e a provocação (Minuchin, Colapinto & Minuchin, 1999); c) do Sociodrama, em que o grupo é o protagonista e as famílias possuem objetivos comuns, além de se identificarem mutuamente (Moreno, 1993); e, d) da Teoria das Redes Sociais, que enfoca a interação humana com a troca de experiências, desenvolvendo-se a capacidade auto-reflexiva e autocrítica (Sluzki, 1996).

Recentemente, temos sistematizações desta abordagem: Holzmann & Grassano (2002) utilizam o GM na implementação de lares substitutos para crianças abrigadas; Dabas (1993) traz o enfoque multifamiliar para a formação de redes de apoio e solidariedade no campo da saúde. Especificamente com relação ao abuso sexual, Costa, Penso e Almeida (2005) adaptam a abordagem enquanto intervenção psicosocial, reunindo famílias numa modalidade de atendimento “sob obrigação”, a partir de encaminhamento da Justiça. Do mesmo modo, Ricci (2007) adota esta proposta para a problemática e mostra o potencial de construção de redes sociais e institucionais a partir deste método de intervenção.

Em nosso trabalho, as famílias dos GMs estiveram envolvidas em casos de litígio, com agravante de abuso sexual intrafamiliar, ou tiveram algum membro vítima de violência sexual perpetrada por agressor externo conhecido. Além disso, passaram por um estudo psicosocial forense, solicitado por juízes. O primeiro aspecto fundamental identificado nesse processo de atendimento, contínuo e articulado, é a construção do vínculo com e entre as famílias, que se constitui a partir do encaminhamento judicial. Tal encaminhamento é feito pela equipe do setor psicosocial quando percebe lhes ser necessário atendimento ou apoio terapêutico. Esta conclusão é dada em parecer, o qual, na maioria das vezes, é acatado pelos juízes, que as intimam e recomendam-lhes a intervenção.

Embora não exista obrigatoriedade prevista em lei para tal atendimento terapêutico, notamos quanto a

Justiça, encarnada em seus representantes, simboliza a autoridade, a força, a lei, diante das famílias, asseverando a importância do trabalho (Selosse, 1989). Nem sempre é consenso entre os juizes a importância desse atendimento, por isso a sua indicação na sentença não é fundamentada em termos compulsórios, mas sugestivos.

Nosso modo de operacionalização do trabalho iniciou-se no encaminhamento, que teve seu ápice num ritual de acolhimento, compartilhado por profissionais da área psicossocial e a nossa equipe. Promoveu-se, assim, maior segurança às famílias e a garantia de um processo sequencial entre uma instituição e outra, não dissociado de sua justificativa. Esse ritual (Bergman, 1986) foi fundamental para dar início ao contrato extra e intramembros do GM, construído em conjunto Justiça e Psicologia, equipes e famílias.

Cada sessão do GM foi planejada numa perspectiva voltada para a intervenção dirigida a grupos, com ênfase nas relações sociais. A organização da reunião seguiu orientação metodológica da sessão psicodramática (Gonçalves, Wolff & Almeida, 1988), que indica três etapas: aquecimento, dramatização e compartilhar. A adaptação dessa organização resultou em outras etapas: aquecimento, discussão e conclusão. O aquecimento tem por objetivo integrar o grupo e estimular a tarefa. A discussão visa aprofundar o tema, desenvolver a capacidade de reflexão sobre o assunto e acolher o sofrimento psicológico advindo das identificações com o tema. A conclusão sintetiza as opiniões sobre o tema discutido, avalia a aprendizagem sobre o tema e formula sugestões práticas às famílias.

MÉTODO DA AVALIAÇÃO

Reencontro com as famílias

Situamos este trabalho no quadro metodológico da pesquisa-ação (Barbier, 2002), o qual coloca o pesquisador diante de uma nova epistemologia, pois se configura como campo de valorização do cotidiano e dos problemas humanos, visando à transformação da realidade. Tivemos dificuldades em localizar os participantes dos GMs. Das 28 famílias atendidas conseguimos acessar oito, em função de sua grande mobilidade. Trata-se, em geral, de famílias de baixa renda, moradoras de assentamentos, invasões, lixões e loteamentos. Muitos de seus membros são imigrantes e encontram-se desempregados, vivendo situação de intensa exclusão social.

Acesso às famílias

As oito famílias contatadas tinham escolaridade e renda muito baixas: primeiro grau incompleto e cerca de 1 salário-mínimo. As pessoas presentes à entrevista eram: *Família 1*: mãe (35 anos), três filhas de 3 a 6 anos; *Família 2*: mãe (40 anos), três filhos de 7 a 15 anos; *Família 3*: mãe (40 anos); *Família 4*: mãe (38 anos); *Família 5*: mãe (36 anos) e filha de 8 anos; *Família 6*: mãe (35 anos) e filhas de 7 e 4 anos; *Família 7*: mãe (45 anos) e filhas de 14 e 13 anos; *Família 8*: mãe (39 anos) e filho de 8 anos.

Instrumento

As entrevistas seguiram roteiro mais completo, mas por ora centramos-nos em sua primeira parte, com as seguintes questões: 1) A família sentiu-se bem informada sobre o trabalho? Como e por quem foi informada?; 2) Quais seus sentimentos na primeira ida ao grupo?; 3) À medida que as sessões ocorriam, os seus sentimentos e as suas idéias iniciais sobre o trabalho foram se modificando? Em caso afirmativo, quais foram os seus novos sentimentos e idéias?; 4) Lembra(m)-se de temas discutidos e de atividades realizadas nos encontros? Em caso afirmativo, de quais deles e por quê?; 5) Sentiu dificuldades em participar dos encontros (dificuldades materiais e práticas, emocionais, de relacionamento com o grupo, etc)? Em caso afirmativo, quais foram elas e o seu encaminhamento?; 6) Da experiência vivida no grupo, o que lhe foi mais marcante?; 8) Ao término dos encontros, quais os seus sentimentos?; 9) Houve mudança em você e na sua família ao longo do grupo e ao seu final? Em caso afirmativo, quais?; 10) Passou a ter contato com alguma família que frequentou o seu grupo?; e, 11) Há comentário ou sugestão para as organizadoras do grupo? E para os juizes em relação ao grupo?

Nossos comentários sobre a referida avaliação serão relativos a esta parte do instrumento. A análise do restante da entrevista encontra-se em outras publicações (Costa & Lima, 2008; Costa, Penso, Almeida & Ribeiro, no prelo). Vamos nos ater às significações das relações intra e interfamiliares, assim como dos seus membros com os profissionais atuantes nos GMs.

Procedimentos

Antes de iniciarmos as entrevistas nas casas, obtivemos a aprovação do Conselho de Ética e Pesquisa da universidade (registro 027/2005). Procuramos, sempre que possível, marcá-las com antecedência; quando isso não foi possível, fomos à

residência nos fins de semana. As entrevistas foram realizadas preferencialmente com quem participou do GM, porém convidamos a participar todos os presentes. As perguntas foram dirigidas aos adultos e adolescentes, enquanto as crianças fizeram desenhos como parte das respostas.

A configuração qualitativa da pesquisa de avaliação

Utilizamos a Epistemologia Qualitativa de González Rey (1999) unicamente para fins de interpretação das informações colhidas. Esta proposta enfoca um processo qualitativo-construtivo que permite novas formas de ação e elaboração de conhecimento sobre a realidade. Na pesquisa qualitativa, o conhecimento se forma não a partir da soma de itens, mas da integração de distintas visões sócio-históricas e culturais sobre um fenômeno.

Para o estudo de configurações de sentido, González Rey (1997) propõe uma perspectiva configuracional nessa produção de conhecimento, dirigida pelo pesquisador que, dentro do universo da informação produzida, vai ramificando o curso de suas idéias em eixos distintos, cujo desenvolvimento define o processo de investigação. A investigação das configurações subjetivas, sejam individuais ou sociais, apóia-se na expressão do sujeito, por meio da qual se determinam os indicadores que lhe dão sentido dentro da questão em estudo. Os fenômenos são unidades processuais que abrangem recortes e ajustes epistemológicos, de acordo com o problema proposto. Essas unidades são denominadas “indicadores”, categorias que facilitam o acompanhamento dos complexos processos que caracterizam qualquer investigação contextualizada no estudo da subjetividade humana. Os indicadores são produzidos na investigação e análise, constituindo-se em ferramentas essenciais para a definição das “zonas de sentido”, as quais recebem títulos de acordo com o eixo central de significação dos segmentos discursivos em cada uma reunidos.

Por isso não se confunde o conceito de dados com o de indicadores. Dados são elementos concretos no campo da pesquisa, utilizados em seu conteúdo explícito; indicadores são uma construção capaz de produzir significado por meio da relação que o pesquisador estabelece entre um conjunto de elementos que, dentro do contexto do sujeito estudado, permitem formular hipóteses. Entre dado e indicador não existe correspondência biunívoca, pois este último está associado a um momento interpretativo irreduzível ao dado.

RESULTADOS

A discussão dos dados e suas análises, ora apresentadas nas oito “zonas de sentidos”, restringiram-se à identificação e compreensão das transformações nos relacionamentos internos às famílias após os GMs, bem como a mudanças que pudessem estar contribuindo para o aprimoramento das condições de proteção às crianças/adolescentes.

Os sentimentos presentes nas famílias ao serem encaminhadas aos GMs

As mães apontaram para a existência de sofrimento e sentimentos ruins no início do trabalho. Mesmo nos casos em que o processo judicial contra o abusador já havia terminado e este se encontrava isolado da sociedade e sem contato com as famílias, ainda assim havia tristeza, vergonha, angústia, sentimento de falta de proteção e apoio, medo, preocupação, dor e aflição, muito mais que sentimentos de alívio, justiça, segurança, alegria, vida nova ou vingança feita. Estas indicações sobre suas vivências coincidem com as de outros autores que avaliaram famílias nas mesmas condições: Habigzang, Koller, Azevedo e Machado, 2005; Vizir et al., 2004.

Nesse conjunto de revelações, chama a atenção o fato de não apenas a criança ou o/a adolescente, mas a família como um todo, por intermédio da expressão materna, sentir-se desprotegida e vulnerável a outros abusos e violências. Sinclair & Martínez (2006) apontam uma característica coincidente destas famílias: a existência de uma *vitimização secundária*, que se configura no sofrimento das mães (e de outras pessoas). As autoras criticam um enfoque tradicionalmente adotado nos estudos sobre as mães de crianças abusadas sexualmente, em especial na análise da relação mãe/filhos, mostrando que a culpabilização, para os fins de restabelecer a proteção às crianças, não produz estes efeitos e aumenta a vulnerabilidade, visto que este enfoque discrimina e desvaloriza o papel das mães.

Salta-nos aos olhos a ordem sacrificial do feminino, aqui expressa nos sentimentos de culpa e responsabilidade que as mães carregam diante dos acontecimentos abusivos. Essa lógica sacrificial é discutida por Machado (1999) ao mostrar como é possível a transposição do alto potencial ofensivo e horrorizante do ato do estupro, que no senso comum está associado a algo hediondo e cometido por alguém inumano ou anormal (Suárez, Silva, França & Weber, 1999) contra a pessoa violentada. Ou seja, são as mulheres e crianças, e não o homem abusador, que são tornados impuros, num impiedoso e cruel rito de

passagem. Além disto, para estes, trata-se de um ato extraordinário que os marca não só no corpo mas também na alma, na interioridade de suas subjetividades, enquanto o abusador se distancia emocionalmente da cena e de seu valor simbólico, voltando ao seu cotidiano habitual, sem recorrer a atos de reintegração ao seu grupo social ou purificação da mácula simbólica.

É fácil, então, compreender os sentimentos das mães nos GMs. Elas se vêem nessa condição sacrificial, em que, apesar de não terem sido estupradas (nos casos encaminhados a nós), elas são atingidas ao terem suas filhas/os violentadas/os, uma vez que foram abaladas sua honra, auto-estima e eficiência em seu papel de mãe. Destarte, a impureza da criança após o ato reflete a impureza da mãe. Soma-se a isto o fato de que, nos casos de incesto, há uma dinâmica simbiótica entre mãe e filhos, em especial filhas, e uma dinâmica transgeracional, que reedita no presente abusos do passado. Há, ainda, uma dinâmica de funcionamento familiar diluidora das individualidades nos incestos (Bandeira & Almeida, 1999), o que nos faz compreender a figura da mãe como centralizadora da família, em especial daquela que vivenciou a violência sexual na sua história.

Impacto da experiência de relacionamento no GM

Os comentários foram desde dificuldade inicial diante das demais famílias e dos profissionais até uma apresentação tranqüila e sem qualquer mal-estar. As relações grupais, que se estabeleceram inicialmente pelo fato de unirem pessoas (adultos, crianças e adolescentes) com vivências e sentimentos semelhantes entre si, ou mesmo que se constituíram a partir do fato de estarem em co-presença famílias de igual perfil socioeconômico e cultural e com problemas similares, foram aspectos apontados como vantagens para o seu desenvolvimento.

*(...) o que me chamou atenção foi conviver com a pessoa; eu fui vendo que tinha amigos ali; você encontra apoio, o abraço, era todo mundo te ouvindo atentamente e sofrendo; porque a gente vê que tem alguma coisa para fazer, para ajudar, doar, alguma frase amiga; devido que outras mães falarem como foi com seus filhos e pelo que eu pude ver foi pior do que aconteceu com minha filha; a gente acabava extravasando tudo.
(Mãe)*

Sinclair & Martínez (2006) chamam a atenção para a problemática de gênero, que configura a dependência feminina para com o homem. No abuso

sexual intrafamiliar, esta submissão se encontra particularmente ativa, seja pela presença de outras violências, seja por se tratar de famílias que sobrevivem com um salário-mínimo. A circunstância pós-denúncia do abuso sexual exige comportamentos e iniciativas por parte da mulher, a qual era dependente até o instante anterior à denúncia. No momento seguinte, tem que apresentar comportamentos assertivos e de enfrentamento ao agressor. Percebemos, então, que o fato de as mulheres poderem falar entre si possui um poder de apoio e reforço para uma série de iniciativas e decisões que esta nova fase da vida exige delas. É unanimidade entre autores a importância de ajudar a mãe da criança vítima de abuso sexual tanto quanto a própria criança (Hooper, 1994; Vizir et al., 2004).

Efeitos da participação no GM

Com relação a este ponto, optamos por centrar a análise no depoimento de uma das mães, já que consideramos sua fala significativa. Tal relevância se deve ao fato de ela apontar para a importância das intervenções diretas e focais que os profissionais devem fazer nos GMs. Além da clareza e objetividade que a referida fala expressa, ela também ganhou o *status* de representatividade e exemplaridade dentro do conjunto de entrevistas, uma vez que agrega pontos e aspectos abordados nas demais falas.

Marcou muito foi a respeito... me perguntaram se a minha filha foi bem-vinda. Aí eu falei que era, porque eu já tinha dois meninos e o pai dela era doido querendo uma menininha. Eu não sei o porquê da pergunta que a professora fez... Depois eu falei: "Ah, eu não sei; eu não consigo me aproximar dela e nem colocar um prendedor no cabelo dela... Nada, uma roupa que eu acho bonitinha, ela não coloca... Assim, ela não aceita uma idéia, uma opinião". Daí a professora falou: "Você critica ela, não é?" Porque eu fiz um desenho e a minha filha falou: "Ai, que desenho feio, mãe, que você fez". A professora notou: "Ela te criticou... você critica ela, não é?" Então eu falei: "Critico porque... Eu falo que ela está feia, que ela tem que melhorar". Depois a professora falou: "Tem um ditado que é bem colocado aí fora, que é assim – de boas intenções o inferno está cheio". Quer dizer... Eu criticava ela na boa intenção de querer melhorar ela, mas estava era piorando os sentimentos dela. Então isso pra mim valeu muito. Guardei! P'ra vida.

Aqui, dois pontos são fundamentais para análise. O primeiro é o da repetição transgeracional de conflitos, que influencia as relações entre as gerações e transmite conteúdos afetivos, simbólicos, psicossomáticos e míticos de uma a outra ao interagirem (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1983; Bucher, 1985). Em se tratando de famílias com história de abuso sexual, esta questão se torna crucial, pois a repetição deste fenômeno acompanha gerações em segredos ou sob a égide de uma não-significação do ato como violência em si e contra o direito da criança de um crescimento e desenvolvimento saudável (Costa, Penso & Almeida, 2007; Costa, Gramkow, Santana & Ferro e Souza, 2005). O segundo ponto é o valor da intervenção clara e precisa, realizada pelo profissional que coordena o GM. Esta deve ser breve e com potencial transformador, na concepção de que o contexto oferece permanentemente possibilidades terapêuticas (Cirillo & Di Blasio, 1991), embora os GMs não se constituam propriamente em um nicho clássico de terapia. Esta observação nos dá a dimensão da possibilidade interventiva da fala, que contém elementos simbólicos, metafóricos, ou mesmo da observação direta, para reflexão e elaboração da relação de desproteção, que vulnerabiliza a criança e pode estar calcada nas experiências do adulto de também não ter sido protegido. O exemplo nos mostra a desvalorização presente na relação mãe/filha, capaz de trazer à tona a relação da mãe com sua própria mãe, conforme relato posterior, e de ter contribuído para a continuidade deste traço, que tende a ocasionar afastamentos de diversas naturezas.

Dificuldades na participação nos GMs

Neste ponto, depoimentos convergem a um denominador comum e apontam para as dificuldades financeiras e as condições que os participantes tiveram que enfrentar para chegar até os GMs, por não possuírem recursos suficientes para o deslocamento ou por não serem compatíveis o horário do grupo, o da escola das crianças/adolescentes e o do trabalho das mães e dos pais. No entanto, tais dificuldades de ordem material não se tornaram empecilhos, porque os profissionais responsáveis por este grupo arcaram com as despesas de transporte de todas as famílias.

Reflexões sobre os obstáculos ao acesso a apoio psicológico oriundos de restrição financeira para custear atendimentos ou para o transporte até a instituição onde ele se realiza estão presentes na discussão de Giffin (2002), quando fala do empobrecimento das mulheres, que passam à condição de provedoras e, assim, legitimam uma situação de

exploração de nova ordem. A autora afirma a existência de uma vulnerabilidade feminina maior associada à pobreza. Soma-se a tal precariedade o fato de as mulheres se verem mais expostas à dependência de uma rede institucional de repasse de benefícios sociais, especialmente quando os maridos (abusadores sexuais intrafamiliares) são afastados do lar.

Lembrança de um episódio marcante no GM

É interessante constatar que a melhor lembrança das famílias no grupo diz respeito ao recebimento de orientações específicas sobre como lidar com os filhos, como, por exemplo: conversa sobre como cuidar do filho, reflexão sobre como proteger os filhos depois do acontecido e trocas sobre as decisões de deixar, ou não, a criança ir brincar na rua sozinha. Afinal, entendemos que o recebimento de uma orientação específica, dada por um profissional especialista no assunto, é considerado importante para as entrevistadas. De igual importância é as mães poderem discutir a questão da autoridade em relação aos filhos, em função de momentos nos quais se tem dificuldade em lidar com este aspecto nas práticas educacionais e formativas, ou, ainda, em retomar o lugar de autoridade perdido no vínculo com o filho.

O relato de uma mãe chamou a atenção. Ela viu sua filha falar e cantar com semblante alegre ao final do trabalho, e apontou este episódio como sua experiência marcante, pois, ao contrário, vira a filha triste ao começar os encontros. Pode parecer banal este indicativo, mas a literatura sobre as conseqüências afetivas e emocionais do abuso sexual entre membros da família (Habigzang, Azevedo, Koller & Machado, 2006; Sinclair & Martínez, 2006) mostra como os padrões relacionais são profundamente alterados em sua qualidade. As famílias passam a se esconder dos vizinhos, a mãe apresenta quadros depressivos e, não raro, a família decide afastar a criança da convivência de seus pares (Lima, 2007). Nos GMs, há possibilidade de revisá-los de modo continente, suportável e esperançoso.

Aprendizagens e mudanças

Sabemos que uma entrevista de avaliação realizada por aqueles que também ofereceram a intervenção deixa muita margem de dúvida com relação à espontaneidade das respostas. As mães disseram que as mudanças se deram exatamente no âmbito dos relacionamentos, por meio de maior contato físico e afetivo com as crianças, por poderem conversar mais, receberem conselho das profissionais e, assim, mudarem condutas e pensamentos. Apontaram, também, para uma maior aproximação e

união tanto com a família como com o filho que sofreu o abuso, ou mesmo uma vontade comum de quererem se aproximar mais, o que resultou em momentos freqüentes de lazer com a criança/adolescente e de atenção para ouvi-la. Resumiram os ganhos como “buscar mais diálogo”, o que lhes trouxe o importante aprendizado de se atingir uma maneira diferente de se dirigir à criança, e enfim, ter mais cuidado e respeito com e por ela.

Agora a gente já sabe cuidar mais delas, né, ter mais cuidados com elas. A falar com elas, a dar conselhos assim pra elas... é, a ter mais cuidado, a proteger mais, a dar mais conselhos, né, falar p'ra elas o que é certo e o que é errado, né? Mesmo a gente é mãe né, a gente tem vergonha de conversar com filho, às vezes... aqueles assuntos que eles... que não devem... não tá na hora de saber... (Mãe)

Teve a questão da autoridade ... Às vezes você vai reclamar com seu filho e você dá adjetivos a ele que não compete, entende? E lá no Grupo, a gente entendeu isso, que não é brigando, xingando, gritando, dando adjetivos que não são próprios da criança, que você vai conseguir... Tentar evitar, quando for falar com ela, falar direitinho. Quando for dar uma ordem, fazer com que se cumpra. A gente tinha muito disso, brigava, depois tava lá, adulando, tirando toda a autoridade. (Mãe)

Eu perdi a confiança nele totalmente. Quando ele pedia para sair eu falava assim: -Não vai porque eu não confio... E foi o que elas falaram para mim, sab,e que eu precisava deixar ele à vontade. E aí é uma pressão. Então quando ele quer sair eu deixo, pergunto que horas ele volta e eu falo: -Você vai sair, mas tal hora quero você em casa. (Mãe).

Penso, Costa e Almeida (2005) indicam que a repetição das histórias de violência vividas em subseqüentes gerações por estas famílias trazem-lhes sensações e sentimentos de muito sofrimento. As mães, paralisadas no tempo emocional que trazem dentro de si, reagem como aprenderam em suas famílias de origem, não conseguindo se colocar como “anteparos protetores” entre adultos (homens ou não) e suas filhas, hoje. Outro aspecto diz respeito às dificuldades destas famílias em estabelecer nítidas fronteiras intergeracionais, repetindo quase automaticamente modelos que atravessam diversas gerações. O estabelecimento destas fronteiras é

essencial ao bom desempenho do papel protetor dos adultos, no caso mais específico, das mães em relação aos filhos.

Críticas aos GMs

Este ponto é de especial importância para nós, porque todos/as os/as entrevistados/as apontaram os benefícios dos GMs em suas vidas. Sendo assim, as críticas são fundamentais para podermos reformular os aspectos metodológicos e de parcerias inter e intra-institucionais. Um pedido de uma mãe em tom de crítica diz respeito ao tempo de atendimento, ou seja, as mães gostariam de ter mais sessões do que as contidas nesta proposta, que variaram em torno de cinco encontros. Outra mãe chegou a dizer: “...nós viemos cinco vezes, se fosse dez, ainda seria pouco”. “Quando acaba dá dó no coração não se ver mais”.

Por outro lado, também pediram que algum profissional, ao final, fizesse uma avaliação de caráter definitivo sobre as condições das crianças e das famílias, como se precisassem de um diagnóstico conclusivo para prosseguirem mais tranquilos/as em relação aos danos provocados pelos abusos e às condições para enfrentá-los sem o apoio representado pelos GMs. O que está em jogo é a fantasia dos adultos em relação à perversão que se instalará na vida da criança a partir do abuso sexual. Estas fantasias têm um poder tão grande de definição do futuro, que Lima (2007) descreve como os pais passam a impedir as crianças de entrar em contato com outras crianças, por medo de que esse contato ofereça chances de início de uma vida de prostituição. No caso de meninos abusados sexualmente este temor é vivido de forma dramática (Sebold, 1987), quando se teme que o menino desenvolva a homossexualidade por conta da experiência do abuso.

O que eu não gostei foi assim, porque começa parece que o tempo passa voando acaba e agente fica aqui sofrendo, porque a gente sente. Não tem com quem conversar porque não pode expor o assunto com os outros, porque não é todo mundo que é confiável. Então quando ela falou que ... A última vez foi todo mundo. Ai, foi quando ela falou que estava acabando, eu até chorei no dia, e falei assim: nem começou direito e já vai acabar?

Na verdade, esta crítica pode ser traduzida como um forte apelo ao prosseguimento do trabalho desenvolvido nos GMs. Em uma cultura onde os casos de abuso são silenciados por diversos meios e instâncias - nas famílias, comunidades e instituições -,

havendo dificuldades entre todos os envolvidos e a sociedade em falar aberta e responsabilmente sobre o assunto (Bandeira, Almeida & Menezes, 2004), o fato de nesses encontros se encontrarem meios de expressão e de acolhimento de acontecimentos tão fora de uma gramática e de um léxico compreensível torna-se o GM um espaço especial para se redimensionarem os medos, as memórias, as fantasias e as inseguranças de modo respeitoso, digno e humano.

Para uma população carente como a que nos chega, que necessita de recursos materiais e simbólicos para lidar com adversidades pelas quais passam no dia-a-dia, os GMs representam um *locus* de apoio, sociabilidade e integridade muito valioso, cuja falta, depois que ele é conhecido, torna-se de fato lamentável. É possível entender que, quando se mexe em feridas tão profundas, sejam elas recentes ou antigas, algumas das pessoas necessitam de suporte emocional não só de curto prazo, como o que oferecemos nos GMs, mas também de suporte com maior tempo de duração, o que não temos condições de lhes propor. Ainda que os GMs não se disponham a se constituir em grupos terapêuticos nos moldes habituais, nem em uma intervenção longa, é impossível não deixar vir à tona tais feridas que tanto machucam como estruturam - às vezes, há décadas - as pessoas que ali se encontram, sendo, portanto, difícil trazê-las à consciência e, concomitantemente, saber que não se tem possibilidade de desenvolver com elas um trabalho mais demorado e aprofundado.

Limites dos GMs

Apreendemos uma relevante configuração que nos remete às restrições vividas pelas famílias e a posições adotadas pelos protagonistas nos seus casos, sendo que muitas delas ocorreram após a participação nas reuniões dos GMs. Como exemplo, apresentamos a fala abaixo:

No final das reuniões, conversei com ela, pois chamei o meu cunhado (o abusador) para conversarmos, falei com ele tipo assim, para pormos as cartas na mesa: o que aconteceu? Fala para mim o que aconteceu e tal, e vamos conversar. Ele chorou, enfim, eu falei para ele o que eu estava sentindo, pois eu tive vontade de matar ele, quando eu soube. Sabe, a raiva, o ódio, é seu filho, você tenta proteger, dar o melhor e acontece isso.

Os desdobramentos afetivos, comportamentais, cognitivos, dentre outros ocorridos em decorrência da participação nos GMs são inúmeros, sendo-nos

impossível identificá-los. Uma pequena parte deles foi apreendida por intermédio da avaliação que ora discutimos, ao voltarmos às casas das famílias e buscarmos saber os efeitos provocados pelos GMs em suas vidas. Contudo, muito do que de fato ocorreu e vem ocorrendo, em dimensões subjetivas e inconscientes para os próprios sujeitos, e que possui relação com o trabalho por nós desenvolvido, não nos é possível recuperar. Até mesmo a própria avaliação tem seus limites claramente definidos pela impossibilidade de acessarmos tudo e todos.

Outra faceta dos limites vivenciados pelos GMs diz respeito ao fato de não se poder atuar diretamente junto às famílias com expedientes que fogem aos objetivos e condições do trabalho realizado. Casos que necessitavam de maior proteção da justiça para a mãe e seus filhos, ou para pessoas denunciantes dos casos, não eram assim qualificados pelas instituições responsáveis, que pouco conheciam sobre o perigo a que estavam expostas. Nos contatos quinzenais dos GMs, acompanhávamos diretamente esses sujeitos, o que nos possibilitava entender a opressão e o medo sob os quais viviam permanentemente. Desse modo nos deparamos com a impossibilidade de atuar no sentido de oferecer-lhes segurança efetiva, ou mesmo de acionar, de modo eficaz, os órgãos competentes.

É consenso que o abuso sexual é um fenômeno em que as vítimas não podem ficar sem apoio clínico. Alguns trabalhos dão ênfase aos atendimentos individuais (Nogueira & Sá, 2004; Volnovich, 2005), outros buscam formas adaptativas para proporcionar oportunidades mais amplas, especialmente às famílias de baixa renda, que dificilmente terão acesso ou vinculação ao atendimento em consultório (Costa, Penso & Almeida, 2005; Sinclair & Martínez, 2006). No entanto, o que é comum às propostas é a necessidade de se oferecer uma escuta clínica e um espaço de reformulação da proteção dada à criança/adolescente até aquele momento, seja com ênfase na relação mãe/filho, seja no acionamento de uma extensa rede familiar/comunitária de proteção em torno da criança, seja ainda pela ação da justiça pela interposição das medidas protetivas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conquanto tenhamos realizado a avaliação em um número pequeno do universo de famílias que integraram os GMs nos seus três primeiros anos, devido às dificuldades em localizá-las, o que nos restringe generalizações, seus resultados são valiosos por nos abrirem passagem a impactos, impressões,

percepções e introjeções de protagonistas dos casos de abuso em relação ao nosso trabalho. Sem dúvida, esse processo de avaliação precisa ser aperfeiçoado em muitos aspectos, o que possibilitará que nós, as famílias (antigas e futuras), a Justiça e a sociedade conheçamos a fundo os meandros da violência sexual contra crianças e adolescentes para tornar mais eficazes as intervenções sobre esse fenômeno. Não obstante, o modesto material relativo a essas oito famílias nos permite iniciar um longo movimento de reflexão, amadurecimento e redefinição de nossa atuação, assim como o retorno da sua divulgação em eventos técnico-científicos e publicações contribuirão para esse importante *feed-back*.

Compreendemos as limitações dos GMs, que oferecem apenas algumas possibilidades para a construção de estratégias de proteção às crianças/adolescentes, atentas a não deixá-las vulneráveis a novas violências. Neste sentido, não nos esquecemos da necessidade de envolvimento de outras instâncias sociais no bem-estar delas, inclusive de modo a apoiarem o resgate da cidadania dos cuidadores destas famílias (pais, avós, tios, etc.), que são expostos a situações humilhantes de idas e vindas a delegacias, hospitais, institutos médico-legais (IMLs), juizados e audiências. Além disso, tais famílias vivem como nômades de periferias urbanas, sem laços sociais de pertencimento, devido à extrema exclusão social e até mesmo às ameaças, em seu direito de ir e vir, por parte dos agressores; e como se isso não bastasse, ainda carregam uma grande culpa de responsabilidade pelo fato ocorrido (Costa, Penso & Almeida, 2004).

REFERÊNCIAS

- Baranes Bandeira, L., & Almeida, T. M. C. (1999). Pai e avô: o caso de estupro incestuoso do pastor. Em M. Suárez & L. Bandeira (orgs.), *Violência, gênero e crime no Distrito Federal* (pp. 147-172). Brasília: Paralelo.
- Bandeira, L., Almeida, T., & Menezes, A. (orgs.) (2004). *Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação das DEAMs no Centro-Oeste*. Brasília: AGENDE.
- Barbier, R. (2002). *A pesquisa-ação* (L. Didio, Trad.). Brasília: Plano.
- Bergman, J. (1986). *Pescando barracudas. Pragmática de la terapia sistêmica breve*. Buenos Aires: Paidós.
- Boszormenyi-Nagy, I., & Spark, G. (1983). *Lealtades Invisibles*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Bowen, E. (1976). Principles and Techniques of Multiple Family Therapy. In P. Guerin Jr. (ed) *Family Therapy. Theory and Practice* (pp.388-404). New York: Gardner Press.
- Bucher, J. S. N. F. (1985). Mitos, segredos e ritos na família I. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 1*(2), 110-117.
- Cirillo, S., & Di Blasio, P. (1991). *Niños maltratados. Diagnóstico y terapia familiar*. Buenos Aires: Paidós.
- Costa, L., Penso, M. A., & Almeida, T. M. (2004). Intervenções psicossociais a partir da justiça: garantia de direitos humanos para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Em G. Maluschke, J. S. N. F. Bucher-Maluschke & K. Hermanns (orgs.), *Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática* (pp. 259-272). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.
- Costa, L. F., Penso, M. A., & Almeida, T. (2005). O grupo multifamiliar um método de intervenção em situações de abuso sexual infantil. *Psicologia USP, 16*(4), 121-146.
- Costa, L. F., Gramkov, G., Santana, P., & Ferro e Souza, V. (2005). A transgeracionalidade em famílias com abuso sexual. Em L. F. Costa & T. Almeida (Orgs.), *Violência no cotidiano: do risco à proteção* (pp. 75-86). Brasília: Liber Livros.
- Costa, L. F., Penso, M. A., & Almeida, T. (2007). Famílias com abuso sexual infantil: o dilema entre a mudança e a cristalização de influências transgeracionais. Em C. M. O. Cerveny (Org.), *Família em movimento* (pp. 203-226). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Costa, L. F., & Lima, H. G. D. de (2008). *Abuso sexual. A justiça interrompe a violência*. Brasília: Liber Livros.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Almeida, T. M. C de, & Ribeiro, M. A. (no prelo). A justiça é demorosa, burra e cega. Percepções de famílias sobre a dimensão jurídica dos crimes de abuso sexual. *Boletim de Psicologia*.
- Dabas, E. (1993). *Red de redes. Las prácticas de la intervención en redes sociales*. Buenos Aires: Paidós.
- Lei n. 8069/90, de 13 de Julho de 1990 (1990, 16 de julho). Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). *Diário Oficial da União, Seção I*.
- Giffin, K. (2002). Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. *Cadernos de Saúde Pública, 18*(suplemento), 103-112.
- Gonçalves, C. S., Wolff, J. R., & Almeida, W. C. (1988). *Lições de Psicodrama*. São Paulo: Áglora.
- González Rey, F. (1997). *Epistemologia cualitativa e subjetividade*. São Paulo: EDUC.
- González Rey, F. (1999). *La investigación cualitativa en psicología. Rumbos y desafíos*. São Paulo: EDUC.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 21*(3), 341-348.
- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. (2006). Fatores de Risco e de Proteção na Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 19*(3), 379-386.
- Holzmann, M. E. F. & Grassano, S. M. (2002). *Multifamílias. Construção de redes de afeto*. Curitiba: Integrada.
- Hooper, C-A. (1994). *Madres sobreviventes al abuso sexual de sus niños*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Lane, S. T. M., & Sawaia, B. B. (1995). La Psicología Social Comunitaria en Brasil. En E. Wiesenfeld y E. Sánchez (Comp.), *Psicología Social Comunitaria. Contribuciones Latinoamericanas* (pp. 69-112). Caracas: Fondo Editorial Tropykos.

- Laquer, H. P. (1976). Multiple Family Therapy. In P. Guerin Jr. (ed.), *Family Therapy. Theory and Practice* (pp. 405 - 416). New York: Gardner Press.
- Laquer, P. (1983). Terapia Familiar Múltipla: Perguntas e Respostas. Em D. Bloch (coord.), *Técnicas de Psicoterapia Familiar* (M. Klalil & Y. S. Imperatrice, Trans.) (pp. 93-107). São Paulo: Atheneu.
- Lima, C. M. (2007). *Infância ferida: Os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais*. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília, Brasília.
- Machado, L. (1999). Sexo, estupro e purificação. Em M. Suárez & L. Bandeira (Orgs.), *Violência, gênero e crime no D. Federal*. (pp. 297-352). Paralelo: Brasília.
- Minuchin, P., Colapinto, J., & Minuchin, S. (1999). *Trabalhando com Famílias Pobres* (M. F. Lopes, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Moreno, J. L. (1993). *Psicoterapia de Grupo e Psicodrama*. (A. C. M. Cesarino Filho, Trad.) (2ª ed.). Campinas: Psy.
- Nogueira, S. E., & Sá, M. L. B. P de (2004). Atendimento psicológico a crianças vítimas de abuso sexual: alguns impasses e desafios. Em M. C. C. A. Prado (Coord.), *O mosaico da violência. A perversão na vida cotidiana* (pp. 47-102). São Paulo: Vetor.
- Penso, M. A., Costa, L. F., & Almeida, T. M. C. (2005). Pequenas histórias, grandes violências. Em L. F. Costa & T. M. C. de Almeida (Orgs.), *Violência no cotidiano: do risco à proteção*. (pp. 125 - 137). Brasília: Universa.
- Ricci, M. B. R. (coord.) (2007). *Relatório de pesquisa Abuso Sexual contra a Criança e o Adolescente: Atendimento Multifamiliar*. Contagem: PUC Minas/ Serviço Sentinela da Prefeitura Municipal de Contagem / Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Contagem.
- Santos, B. S. (1999). *Um discurso sobre as ciências*. (11ª Ed). Porto: Afrontamento.
- Sebold, J. (1987). *Indicadores de Abuso Sexual de Meninos e Adolescentes*. Recuperado em 01 de Fevereiro, de 2008 em http://www.cecria.org.br/banco/indicadores_de_abuso_sexual_sebold.rtf
- Selosse, J. (1989). Les intervections des psychologues en justice. *Psychologie Française*, 34(4), 293 - 300.
- Sinclair, C., & Martínez, J. (2006). Culpa o responsabilidad: Terapia con Madres de Niñas y Niños que han sufrido Abuso Sexual. *Psyche*, 15(2), 25-35.
- Sluzki, C. E. (1996). Violência Familiar e Violência Política: implicações terapêuticas de um modelo geral. Em D. F. Schnitman (Org.), *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade* (J. H. Rodrigues, Trad.) (pp. 228-243). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Suárez, M., Silva, A. P. P. M da S., França, D. J., & Weber, R. (1999). A noção de crime sexual. Em M. Suárez & L. Bandeira (Orgs.), *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. (pp. 29-56). Brasília: Paralelo.
- Vizir, P., Bringiotti, M. I., Peroni, G., Nyman, A., Tablado, A., Label, H. P., & Crescini, S. (2004). Abuso sexual infantil. *Sistemas Familiares y otros sistemas humanos*, 20(1-2), 119-132.
- Volnovich, J. R. (2005). A psicanálise de crianças e sua inclusão nas práticas político-sociais. Em J. R. Volnovich (Org.), *Abuso sexual na infância* (pp. 187-200). Rio de Janeiro: Lacerda.

Recebido em 03/07/2007

Aceito em 17/06/2008

Endereço para correspondência : Liana Fortunato Costa, SQN 104, Bloco D, ap. 307, CEP 70733-040, Brasília-DF, Brasil.
E-mail: lianaf@terra.com.br